

A superação da “fortaleza” da sociedade civil contra a revolução brasileira

Overcoming the “stronghold” of civil society against the Brazilian revolution

cochise césar de monte carmo*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2026.175.007>

Wikimedia



A sede da Fiesp, na avenida Paulista, em São Paulo (SP), e seu pato amarelo transformaram-se em ícones das manifestações da direita pelo impeachment da presidenta Dilma, em 31 de agosto de 2016

RESUMO

O Brasil, assim como outras sociedades com capitalismo relativamente desenvolvido, enfrenta a oposição da sociedade civil à revolução, fenômeno teorizado por Antonio Gramsci. Este trabalho busca estratégias para superar essa oposição, a partir da relação umbilical entre a sociedade civil e o Estado. Segundo Gramsci, o Estado possui amplos poderes para adequar a sociedade civil à realidade material, levando a seu alinhamento com o sistema capitalista nas sociedades em que é dominado pela burguesia. Partindo dos estudos de Clara Mattei, identifica-se como o controle estatal sobre a economia durante a Primeira Guerra Mundial aboliu a distância entre vida econômica e política, abrindo caminhos para questionar o capitalismo. Propõe-se, assim, ampliar a direção do Estado sobre a economia. A partir das experiências de Célio Turino no programa *Cultura Viva*, que reconhece e apoia grupos culturais em um paradigma que valoriza a autonomia e a articulação deles, elabora-se uma tática para políticas públicas em governos com forças revolucionárias: centra-se a atenção na consciência do papel educador do Estado, que deve elaborar políticas que fortaleçam e legitimem grupos populares e democráticos da sociedade civil, ensinando-os a se organizarem e articularem politicamente. O objetivo é empoderar as frações anticapitalistas da sociedade civil, rompendo a fortaleza hegemônica pelo neoliberalismo.

Palavras-chave: Sociedade civil. Políticas públicas. Estado educador.

ABSTRACT

Brazil, like other societies with relatively developed capitalism, faces the opposition of civil society to revolution, a phenomenon theorized by Antonio Gramsci. This paper seeks strategies to overcome this opposition by examining the organic relationship between civil society and the State. According to Gramsci, the State possesses broad powers to adapt civil society to material reality, thereby leading to its alignment with the capitalist system in societies where the State is dominated by the bourgeoisie. Drawing on Clara Mattei's studies, the article identifies how state control over the economy during the First World War eliminated the distance between economic and political life, opening up pathways for challenging capitalism. Thus, it proposes expanding the State's role in directing the economy. From Célio Turino's experiences with the *Cultura Viva* program, which recognizes and supports cultural groups within a paradigm that values their autonomy and interconnectedness, the article derives a tactical approach to public policies under governments led by revolutionary forces. It argues that such governments should emphasize the State's educational role by designing policies that strengthen and legitimize popular and democratic groups within civil society while fostering their capacity for political organization and coordination. The ultimate objective is to empower the anti-capitalist sectors of civil society, thereby breaking the stronghold of neoliberal hegemony.

Keywords: Civil society. Public policies. Educating state.

1. INTRODUÇÃO: O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL

Uma das contradições mais conhecidas da obra de Marx é o fato de as revoluções socialistas terem ocorrido, consistentemente, em países onde o capitalismo é menos desenvolvido, e não em seus centros, como a dialética antevia. Da Rússia ao Nepal, a história nos aponta que, por um lado, o desenvolvimento capitalista cria meios de “vacinar” as sociedades contra revoluções, e, por outro, sociedades pré-capitalistas tendem a possuir características que facilitam as revoluções. Assim, buscar caminhos para a revolução brasileira exige que tentemos compreender melhor esse fenômeno, uma vez que o Brasil, apesar da posição semi-periférica no sistema imperialista, tem um capitalismo bastante desenvolvido, que organiza a sociedade e as subjetividades. Para cumprir este projeto de pesquisa, partimos da interpretação gramsciana de que a sociedade civil atua como uma “fortaleza” contra a possibilidade de revoluções e buscamos explorar métodos de superar essa condição a partir, principalmente, da pesquisa de Clara Mattei sobre a austeridade, de uma avaliação sobre as políticas públicas da antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), hoje denominada Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, e da elaboração teórica de Célio Turino sobre sua prática política nos Pontos de Cultura, nome que o programa Cultura Viva adotou ao incluir uma grande diversidade de grupos culturais em suas políticas de fomento. Uma vez que nosso foco são as possibilidades de influência do Estado na sociedade civil e seu papel na acumulação de forças contra-hegemônicas e anticapitalistas, não nos debruçaremos sobre os aspectos e a caracterização de uma revolução brasileira, restringindo-nos aos aspectos pré-revolucionários.

A partir do fracasso das revoluções alemã e italiana, Gramsci postula que havia uma diferença entre as sociedades do “Ocidente”, onde a revolução fracassou, e do “Oriente” (Rússia¹), onde triunfou, que tornava necessária uma mudança na estratégia revolucionária:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação justa e, no abalo do Estado, poder-se-ia ver, imediatamente, uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era somente uma trincheira avançada, atrás da qual estava uma robusta rede de fortalezas e casamatas; mais ou menos, de Estado a Estado, compreende-se, mas isso exigia, certamente, um reconhecimento acurado de caráter nacional (Gramsci, 2024, p. 942).

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como um complexo de associações na vida civil, constituem [sic] para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes do [sic] fronte na guerra de posições: fazem [sic] com que seja “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc. A questão se apresenta para os Estados modernos, não para os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram as formas que em outros lugares já foram superadas e se tornaram anacrônicas (Gramsci, 2024, p. 1676).

Uma leitura apressada desses textos pode sugerir a existência e força de uma sociedade civil nos países de capitalismo desenvolvido e sua inexistência ou debilidade em países de capitalismo incipiente, onde “o Estado era tudo”. Em princípio, essa visão pode ser questionada a partir de fatos como a importância dos soviets, órgãos da sociedade civil da Rússia

¹ Gramsci foi obrigado a escrever de modo truncado em seus *Cadernos do Cárcere*, e por isso usa essa nomenclatura cifrada.

rural para a revolução. Por que a sociedade civil do Oriente seria “primordial e gelatinosa”, enquanto as associações comerciais e jornais alemães são “fortalezas e casamatas”? Para superar essa aparente contradição se torna necessário ler Gramsci com mais atenção e compreender melhor a complexidade do conceito de sociedade civil que ele elaborou.

Embora seja inegável que, nas culturas de capitalismo desenvolvido, a sociedade civil seja mais complexa, composta por uma miríade de câmaras comerciais, associações de interesse, sindicatos de trabalhadores, organizações não governamentais, *think tanks* e outros, não podemos inferir que a maior complexidade dessas culturas significa inexistência de complexidade ou de força nas demais. A sociedade civil em sociedades com capitalismo menos desenvolvido tem menos instituições, menos focadas em pequenos grupos e mais universais, porém seria apressado defender a tese de uma suposta debilidade da Igreja nas sociedades russa ou cubana de antes das suas revoluções, por exemplo. Nesses casos a sociedade civil se manifesta em organizações religiosas, organizações tradicionais de mediação de conflitos e mecanismos representativos perante o Estado, como os soviets do Império Russo, que, embora tivessem chegado a ter sua existência reconhecida pelo Estado, não faziam parte dele. Precisamos concluir que o que diferencia a sociedade civil do Oriente e da do Ocidente não é exatamente sua solidez, mas seu grau de adequação à formação econômico-social capitalista, um fenômeno também abordado por Gramsci mas que já podemos antever numa obra em que Lênin debate a possibilidade de uma revolução na Alemanha em 1919:

[I]niciar uma revolução sem preparação em um país onde o capitalismo se desenvolveu e proporcionou, até o último homem, uma cultura e um método de organização democrática é errado, é absurdo. Aqui estamos apenas começando a enfrentar o período doloroso que caracteriza o início das revoluções socialistas (Lênin, 1967, p. 84, tradução nossa)².

2 No original: “Ma cominciare senza preparazione la rivoluzione in un paese in cui si è sviluppato il capitalismo, che ha dato, fino all’ultimo uomo, una cultura e un metodo. di organizzazione democratica è sbagliato, è assurdo. Qui noi cominciamo appena ad affrontare il periodo doloroso che contraddistingue l’inizio delle rivoluzioni socialiste.”

O que diferencia, em essência, uma sociedade civil adaptada pelo e para o capitalismo da que pode se opor a ele? Quem pode ajudar-nos a responder é o próprio Gramsci, que, embora faça distinção entre a sociedade civil e o Estado, entende que essa separação é mais analítica do que orgânica

Não se trataria, portanto, de uma diferença apenas de complexidade e nível de estruturação da sociedade civil, mas do fato de a sociedade civil sob um capitalismo desenvolvido dar para a população “uma cultura e um método de organização” incompatíveis com o socialismo e a revolução, ao passo que a cultura e o método de organização da sociedade civil pré-capitalista podem ser mais facilmente compatibilizados com a revolução, como na Revolução Russa. O que nos traz a questão essencial: o que diferencia, em essência, uma sociedade civil adaptada pelo e para o capitalismo da que pode se opor a ele? Quem pode ajudar-nos a responder é o próprio Gramsci, que, embora faça distinção entre a sociedade civil e o Estado, entende que essa separação é mais analítica do que orgânica, já que

se especula inconscientemente [...] sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil, e se afirma que a atividade econômica é própria da sociedade civil e a sociedade política não deve intervir na sua regulamentação. Mas, na realidade, esta distinção é puramente metódica, não orgânica, e, na concreta vida histórica, sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa. Aliás, também o liberalismo deve ser introduzido por lei, por intervenção do poder político: é um fato da vontade, não expressão espontânea, automática do fato econômico (Gramsci, 2024, p. 518).

Essa compreensão nos ajuda a resgatar a importância do poder dos governos sobre a sociedade civil, que não pode ser visto como um fenômeno natural e autônomo, mas como o resultado de disputas políticas concretas, nas quais a vida econômica possui papel preponderante. A criação da hegemonia ideológica da estrutura econômica é resultado da ação consciente do Estado. “Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil [... O] Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado ‘queira’ fazê-lo” (Gramsci, 2024, p. 1367).

Podemos entrever, portanto, um processo histórico em que, à medida que o sistema capitalista se fortalece e sua classe dominante conquista o Estado, esse mesmo Estado vai construindo e validando instituições da sociedade civil que, por sua vez, validam o governo dos capitalistas e a institucionalidade do sistema capitalista. Uma das principais funções da sociedade civil nas sociedades liberais é instituir o liberalismo, colocando-se como anteparo entre a economia e a política. A despolitização da economia, apresentada como natural pelos liberais, é uma ação política comandada pela classe dominante, o que nos ajuda a compreender melhor porque a sociedade civil atua como barreira à revolução nas sociedades de capitalismo avançado.

Nesses países, a sociedade civil se constrói a partir de uma organização social do trabalho alienada e alienante. O processo de alienação do trabalho ocorre paralelamente à proletarização do trabalhador, que o impede de compreender a totalidade do processo produtivo e, assim, o reduz a uma posição de dependência. O operário que domina apenas uma etapa da linha de montagem sem compreender o funcionamento da fábrica, as decisões gerenciais, sua inserção em uma economia, torna-se dependente da burguesia. Essa dependência naturaliza o modo assalariado de organização social do trabalho e o poder dos capitalistas. Uma dependência tão profunda que limita inclusive as possibilidades de ação sindical, como no caso do que Gramsci denomina *sindicalismo teórico*, por força do qual um grupo subalterno “impede a si próprio de tornar-se dominante, de sair da fase econômico-corporativa para elevar-se à fase da hegemonia político-intelectual na sociedade civil e tornar-se dominante na sociedade política” (Gramsci, 2024, p. 518).



O pensador marxista Antonio Gramsci (1891-1937) e a economista Clara Mattei (1988-)

Se o trabalhador proletarizado não se vê como ator capaz de ação política e de comandar a ação econômica, se ele entende que há uma separação entre política e economia, seu horizonte de possibilidades se restringe à ação econômico-corporativa. Em um exemplo contemporâneo, um motorista da Uber se restringiria a lutar para aumentar a tarifa mínima das suas viagens, em vez de se associar com outros motoristas para contratar um fornecedor de tecnologia, inverter a relação de poder com a plataforma e abolir sua subordinação a ela. Sociedades nas quais o capitalismo é menos desenvolvido são também sociedades em que os trabalhadores são menos proletarizados e, portanto, menos alienados do seu trabalho, mesmo que sejam submetidos a uma maior extração da mais-valia. São sociedades em que a distância entre a ação política e a ação econômica é menor, com, muitas vezes, o Estado dirigindo diretamente a atividade econômica.

É importante reiterar que, por mais que a sociedade civil seja externa ao Estado, ela tem uma relação umbilical com este. O Estado determina as regras da organização econômica, definindo as formas de direito à propriedade, as regras de acesso ao crédito, as organizações sociais do trabalho aceitas e sua carga tributária, assim como define os termos do direito à associação política e à liberdade de expressão, as possibilidades legais de financiamento aos grupos de *lobby*, *think tanks*, partidos e centros de pesquisa. A sociedade civil atua como uma fortaleza contra a revolução porque o Estado capitalista a molda para que valide e defenda o capitalismo e sua subjetivação, fornecendo aos trabalhadores “uma cultura e um método de organização democrática” (Lênin, 1967, p. 84). Como Singer (2022) bem aponta em seu trabalho de reconstruir a história do movimento cooperativista, o favorecimento legal da empresa capitalista é o resultado de uma luta política dos burgueses contra iniciativas cooperativistas que beneficiavam mais os trabalhadores do que o regime assalariado e por isso precisavam ser esmagadas pelo Estado. Retomar o papel do Estado na construção da sociedade civil abre novas possibilidades de ação para grupos revolucionários

que tenham a ocupação de governos e a construção de políticas públicas entre suas estratégias de acumulação de forças.

É a partir da compreensão de que a sociedade civil, apesar de uma relativa autonomia em sua ação, não pode ser separada da estrutura econômica ou do Estado que nos debruçamos sobre seu papel em uma possível revolução brasileira. Antes, porém, é importante abordar um dos pilares da resistência da sociedade civil à revolução: a distância entre o poder político e econômico.

2. SUBMETER A ECONOMIA À POLÍTICA COMBATE A ALIENAÇÃO DO TRABALHADOR

Em seu estudo sobre a origem da austeridade fiscal, *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*, Mattei (2023) corrobora a elaboração gramsciana de que a separação da política e da economia é essencial para a manutenção do capitalismo. Ela aponta que, durante a Primeira Guerra Mundial, os Estados nacionais precisaram nacionalizar a indústria em escala inédita no capitalismo para superar as ineficiências inerentes à anarquia dos mercados e, com isso, demonstraram não só como a política pode governar as relações de produção, mas como o controle estatal pode ser superior ao liberalismo:

[O] principal desafio para os pilares do capitalismo no entreguerras vinha das classes trabalhadoras, que haviam testemunhado em primeira mão como as relações capitalistas de produção — e sua natureza exploradora — já não eram governadas pelas regras impessoais das “leis de mercado”, mas resultavam de escolhas políticas explícitas (Mattei, 2023, cap. 1).

A guerra havia abolido as restrições orçamentárias, jogando por terra o argumento de que a ação do Estado era limitada pelas leis da economia, pela falta de dinheiro, expondo a arbitrariedade das regras que limitavam os recursos de que a sociedade podia dispor para resolver seus problemas. Essa mudança transformou as ditas restrições econômicas em meras opções políticas, passíveis de debate:

A guerra havia revelado a todos — trabalhadores e burocratas — que as prioridades econômicas eram, na verdade, prioridades políticas e que, graças às finanças não ortodoxas, o Estado era capaz de atingir objetivos políticos a qualquer custo financeiro. Na verdade, assim que a restrição do padrão-ouro foi removida, surgiram possibilidades que abriram novos horizontes para os gastos sociais. De repente, nenhum gasto — destinado a medidas sociais que estivessem dentro das capacidades dos recursos da sociedade — parecia ultrapassar a possibilidade financeira (Mattei, 2023, cap. 2).

Se uma economia governada pelo livre mercado se apresenta como um fenômeno “natural”, em que a atuação de diferentes agentes econômicos é livre, descoordenada e, principalmente, constrangida por fatores econômicos impessoais e invariáveis, a economia altamente controlada pelo Estado durante a guerra mostrou a superioridade da vontade política sobre as limitações “estruturais” da economia. Subitamente, a democracia liberal que o capitalismo oferecia aos trabalhadores não estava mais limitada pelos orçamentos apertados e podia resolver problemas como o desemprego, os baixos salários, a falta de investimentos, a pouca industrialização... Subitamente, os trabalhadores alienados de seu trabalho pela prole-

A despolitização da economia, apresentada como natural pelos liberais, é uma ação política comandada pela classe dominante, o que nos ajuda a compreender melhor porque a sociedade civil atua como barreira à revolução nas sociedades de capitalismo avançado

tarização reconquistaram seu poder sobre ele a partir de outro meio: a política. Não era mais preciso que o trabalhador tivesse conhecimento sobre a administração da fábrica, bastaria encaminhar suas demandas ao Estado, que deveria cuidar de executá-las:

Estavam estabelecidas as bases para as pessoas que viviam essas mudanças se conscientizarem da ligação entre o poder econômico e o poder político. Todas as consequências afloraram: se o poder econômico é político, isso quer dizer que não há nada natural nele e que os sistemas pelos quais ele é distribuído *podem* ser alterados pela luta (Mattei, 2023, cap. 1).

Mattei explica como, por um lado, essa nova visão resultou em novas formas de organização do trabalho, tornando-o menos alienante, e descreve as experiências de autogestão produtiva que emergiram dessa nova racionalidade econômica, refletindo na sociedade civil a nova forma de relação do Estado com a organização econômica. Apresenta, também, a mobilização das classes burguesas em torno da austeridade como mecanismo de redução das capacidades de ação econômica do Estado, a fim de reestabelecer a distância entre a vida política e a vida econômica. O tamanho dessa distância é um elemento fundamental para pensar no papel da sociedade civil como uma fortaleza hegemônica contra a revolução.

3. EXPERIÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL POR GOVERNOS PROGRESSISTAS

Grande parte do debate em torno da problemática da sociedade civil como fortaleza contra a revolução ignora o enorme poder do Estado sobre ela e se debruça sobre a atuação de partidos, associações, ONGs e outros nas instituições da própria sociedade civil e em contextos em que as forças revolucionárias não participam dos governos, o que é importante para esses cenários, mas não elabora uma práxis para os contextos em que a participação existe, como é o caso do ciclo de governos progressistas iniciado no Brasil em 2003 e retomado em 2023. É uma omissão séria, uma vez que a mera participação de forças revolucionárias nos governos não altera significativamente o Estado ou a sociedade civil, que continuam adaptados ao capitalismo e funcionando como fortaleza de proteção contra

A sociedade civil atua como uma fortaleza contra a revolução porque o Estado capitalista a molda para que valide e defenda o capitalismo e sua subjetivação

as forças revolucionárias que, apesar da participação em governos, estão longe até de ter paridade de armas nessa disputa.

Mattei nos aponta uma direção geral da ampliação da atuação dos governos sobre a vida econômica. Ampliar o poder do Estado sobre a economia é ampliar o poder popular e da democracia, enquanto reduzir o poder do Estado através de dispositivos como a autonomia dos bancos centrais atua em sentido contrário. Relembrando que “o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica,

mas é preciso que o Estado ‘queira’ fazê-lo” (Gramsci, 2024, p. 1367). Não basta ampliar os poderes econômicos do Estado, é preciso promover uma reorganização da sociedade civil que a adapte a essa nova organização da vida econômica. Analisaremos brevemente duas iniciativas do primeiro ciclo de governos Lula que se relacionam com esse objetivo, avaliando suas práticas pelos resultados expressos no fortalecimento de frações potencialmente anticapitalistas da sociedade civil: a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária e o programa Cultura Viva.

3.1. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA (SENAES)

Criada em 2003 e tendo à frente Paul Singer, a secretaria é resultado de um amplo processo de mobilização política e social cujo marco mais reconhecido é o Fórum Social Mundial, de 2001 (Silva, 2020). Singer (2022) defende a tese instigante de que a propriedade coletiva dos meios de produção pode ser vista como o embrião de um modo de produção socialista e que a criação e difusão de estruturas produtivas sociais como as cooperativas seriam um passo necessário para a realização de uma *revolução social socialista*, definida como o surgimento de uma superestrutura, uma hegemonia cultural e política socialista. Essa tese guiou sua atuação na Senaes. Mattei e Singer fazem percursos teóricos bastante distintos, apesar de partirem da premissa básica do materialismo histórico de que a estrutura material precede a superestrutura, e chegam à mesma conclusão a respeito do poder dos governos ao operarem a organização da vida econômica e seu potencial de ampliar o poder dos trabalhadores.

Embora a gestão de Singer não tenha recebido o volume de recursos ou tido a continuidade ideal, salta aos olhos a manutenção da posição subordinada dos fóruns e organizações da economia solidária no âmbito do movimento cooperativista, hegemonizado por empresários, principalmente do agronegócio, e setor financeiro. Pateo (2025) aponta, por exemplo, como o segundo Mapeamento da Economia Solidária, realizado pela Senaes, não alcança empreendimentos mais estruturados que são identificados pela Pnad Contínua:

[É] possível perceber que a não inclusão de grande parte das cooperativas de taxistas e caminhoneiros no Mapeamento da Economia Solidária esteja relacionada a uma não identificação com os princípios e a identidade do movimento de economia solidária, o que acaba por favorecer a maior identificação de trabalhadores com renda na Pnad Contínua. Se, de um lado, verifica-se na Pnad Contínua a presença de sócios de cooperativas mais estruturadas, percebe-se também a ausência de sócios de empreendimentos menos estruturados (Pateo, 2025, p. 151).

Podemos concluir que o movimento cooperativista é hegemonizado por concepções que não compartilham das premissas políticas de Singer, e a economia solidária é relegada a um papel periférico.

Pateo e Silva (2025, p. 24) fazem um mapeamento das ações programáticas da Senaes, o que efetivamente foi feito para apoiar o setor, e identificam três eixos de ação: acesso a conhecimento, a capital e a mercado. Quanto ao acesso a conhecimento, a Senaes criou centros de formação em economia solidária em parceria com entidades da sociedade civil; criou incubadores em parceria com universidades e institutos federais; e contratou mobilizadores territoriais. Todas essas atividades enfrentaram dificuldades orçamentárias e institucionais, mas esse não é o ponto central para nossa análise, que foca a estratégia de fomento da sociedade civil. Todas essas iniciativas partem da premissa de um Estado provedor de serviços e do fomento à economia solidária como um serviço. Toda a estrutura de prestação de serviços é dependente do financiamento continuado, o que deixa de acontecer a partir da inflexão política do golpe de 2016: a Senaes é rebaixada a subsecretaria, as equipes são trocadas (Silva, 2020, p. 403) e a execução orçamentária cai a 1/6 dos valores anteriores (Antunes; Conti, 2020, p. 338). Embora haja o incentivo para que as pessoas se organizem a partir do modelo da economia solidária, esse incentivo é essencialmente um serviço do Estado, sujeito a interrupções. A mobilização social segue os moldes representativos, com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) reconhecido como interlocutor legítimo (Pateo; Silva, 2025, p. 24) e em que os atores locais delegam grande parte das demandas de organização e articulação política para o órgão de representação.

Quanto ao acesso a capital, houve grandes dificuldades na mobilização de recursos e autoridade, enquanto o eixo do acesso a mercados teve avanços significativos, porém indiretos (Pateo; Silva, 2025, p. 31). As principais possibilidades de acesso a mercados, o Programa de Aquisição de Alimentos e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, notável pelo reconhecimento dos catadores, têm critérios de inclusão que não se restringem à economia solidária, e, em muitos casos, não há identificação dos atores econômicos com o movimento de economia solidária, o que não resulta em ganhos de organização da sociedade civil.

A dependência da economia solidária para com a prestação de serviços pelo Estado ficou mais clara quando da pandemia de covid-19, quando o movimento foi capaz de articular respostas apenas em nível local (Molina *et al.*, 2020, p. 181), em contraste com nosso outro objeto de estudo, a cultura, que foi capaz de articular um movimento nacional de resistência que conquistou a Lei Paulo Gustavo, a Lei Aldir Blanc e a perenidade desta última através da Política Nacional Aldir Blanc, em um governo de desmonte e oposição à cultura.

3.2. PROGRAMA CULTURA VIVA

Talvez seja Célio Turino, idealizador dos Pontos de Cultura, que melhor elaborou uma práxis capaz de gerar frutos políticos que nos permitem superar as insuficiências que percebemos no cooperativismo. Turino mobiliza a ideia gramsciana de que a própria atuação do Estado sobre a sociedade civil tem um caráter educador:

Antonio Gramsci, por sua vez, concebe o Estado como “educador”, pois tende a criar um patamar de civilização. A teoria do ponto de cultura busca valorizar e exercitar o senso de responsabilidade social, caminhando para reverter a tendência ao conformismo no mundo contemporâneo, baseada na padronização de modos de pensar e agir, subordinados à naturalização (novamente, ideologia) do mercado como deus absoluto (Turino, 2010, p. 137).

Podemos encontrar uma elaboração mais detalhada de Gramsci sobre o tema no volume 8 dos seus *Cadernos do cárcere*:

Na realidade, o Estado deve ser concebido como “educador”, enquanto precisamente tende a criar um novo tipo ou nível de civilização; como isto ocorre? Devido ao fato de que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve deduzir que os fatos de superestrutura estejam abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado é uma “racionalização” também neste campo, é um instrumento de aceleração e de taylorização, opera conforme um plano, pressiona, incita, solicita etc. O aspecto negativo ou repressivo desta atividade é precisamente a justiça penal, o direito penal, que não pode estar desvinculado de todo o conjunto da atividade positiva ou civilizatória (Gramsci, 2024, p. 1057).

Ou seja, as políticas públicas não apenas oferecem serviços para a população, mas educam a sociedade ao distribuir incentivos, incitar determinadas ações, apontando para um dos processos pelos quais o Estado cria a sociedade civil adaptada à sua organização social, política e econômica. Esse nível de consciência sobre as relações entre Estado e sociedade civil, característico do Cultura Viva, talvez ajude a explicar o grande impacto que o programa teve na organização da sociedade civil.

Podemos entender os Pontos de Cultura, projeto central do Cultura Viva, como um programa de fomento direto de longo prazo a grupos culturais. Nesse sentido, suas diferenças cruciais em relação aos mecanismos anteriores de fomento estão no fato de o Estado financiar os grupos diretamente, em vez de através de incentivo fiscal, que precisa ser captado na iniciativa privada, e em seu horizonte temporal, mais longo que o da simples realização de um projeto. Porém, essas diferenças mais óbvias não são capazes de explicar o programa. Os pontos de cultura são entendidos como entidades coletivas e permanentes, e não como empreendedores culturais individuais, como ocorre com as leis de fomento, por isso o incentivo da política pública é a organização coletiva duradoura. O fomento, diferentemente das políticas da Senaes, parte da lógica da transferência de recursos para os próprios grupos apoiados, e não para parceiros institucionais que prestam serviços como apoio técnico e formação. Cada ponto de cultura recebe recursos e precisa elaborar seu próprio plano de trabalho, decidir de modo autônomo quais as prioridades estratégicas mais relevantes

em seu contexto. Os pontos são entendidos como nós da Teia Nacional dos Pontos de Cultura, e, portanto, a política pública realiza encontros nacionais e contempla os chamados Pontões de Cultura, cujo plano de trabalho deve contemplar a mobilização e articulação com outros pontos. Com isso, a política pública ensina e incentiva a formação de alianças e articulação política. Como o Cultura Viva tem por princípio norteador o bem comum, esse eixo guia a seleção de grupos para receber fomento, o que orienta a elaboração das propostas. Assim, o efeito da política pública vai além do mercado e do capitalismo não apenas nos objetivos, mas também em sua forma e essência.

Turino, leitor de Gramsci, defende a ideia de que o Estado distribua recursos para as organizações da sociedade civil, potencializando a ação independente delas, mas, ao mesmo tempo, não se ausente. “Sem esta presença do Estado não há espaço público e a democracia desaparece, por mais bem intencionadas que sejam as ações localizadas” (Turino, 2010, p. 133). O objetivo é integrar Estado e sociedade civil, construindo uma relação de nova qualidade em que o primeiro preserve seu papel de orientação ética, mas também fortaleça a participação na segunda de novos atores, ligados a perspectivas coletivistas de bem comum:

Em uma perspectiva emancipadora, cabe ao Estado potencializar a sociedade, conectando suas iniciativas em rede, permitindo que deem saltos na sua capacidade de reflexão e criação. Quem faz é a sociedade. Não criamos nenhum Ponto de Cultura. O Maracatu Leão Coroado, de Igarapu (PE), que é Ponto, por exemplo, tem 150 anos de atividade e vai continuar a existir independente do Estado. O que houve foi a legitimação dessa ação por parte do Estado (Turino, 2010, p. 133).

Em termos gramscianos, o que vemos na política Cultura Viva é uma ação do Estado de reconhecer e validar iniciativas da sociedade civil que não são adaptadas à lógica capitalista, não apenas preservando sua autonomia enquanto sociedade civil, mas fomentando a organização e articulação política autônoma:

O programa Cultura Viva pressupõe a gestão e articulação em rede. Com gestão em rede se estabelece uma outra prática em política pública, podendo gerar um novo tipo de Estado. Um Estado que aprende a conversar com o movimento social de uma outra forma, não como controlador ou provedor, mas como parceiro orgânico, integrado na rede (Turino, 2010, p. 135).

Os resultados políticos do Cultura Viva são claros. Ele ajudou a formar e organizar um movimento social e político-cultural que mostrou sua força na conquista de mecanismos de fomento transformadores durante o pior momento da democracia brasileira



Maracatu Leão Coroado, de Igarapu (PE), ponto de cultura apoiado pelo Programa Cultura Viva

Eleger o bem comum como norte é de uma sagacidade ímpar, uma vez que o propósito é explorar as contradições internas do Estado, mais especificamente a má-fé institucional:

A base para essa nova cultura política está na recuperação da ideia do bem comum. O que é o bem comum? Elementos simples e vitais como a água, o ar, o ambiente, a cultura. Podemos identificar outros, mas fiquemos com esses. Água, ambiente e cultura tornaram-se mercadoria, assim como a terra, a saúde e a educação. [...] Será que essa alienação do bem comum faz parte da natureza humana? Será que deveremos conviver passivamente com essa mercantilização da vida? Recolocar o bem comum como elemento essencial da cultura e da política é desenvolver a política a partir de valores, e não mais de interesses. [...] É o que vemos hoje: políticos interesseiros, defendendo interesses cada vez menores. E o sentido de bem comum desaparece. A busca de uma democracia substantiva, que tenha efetividade, está na própria ressignificação da política, que precisa ser recolocada em seu espaço nobre, como mediação de relações entre as pessoas, entre a vida e os sistemas (Turino, 2010, p. 135).

Quando entendemos cultura não como sinônimo de artes, mas como expressão da vida e identidade dos povos, quando medimos a eficácia de uma política de fomento à cultura não pelo número de grandes espetáculos ou exposições, mas pela vitalidade da vida cultural comunitária, o Cultura Viva se destaca como o melhor projeto já realizado pelo Brasil. Apesar disso, seu financiamento ainda é uma parcela minoritária do investimento em cultura pelo governo brasileiro. Operar nos espaços possíveis de um Estado por um lado capitalista e por outro lado democrático para fortalecer as parcelas da sociedade civil que possam fazer frente ao próprio capitalismo nos exige mobilizar uma análise um pouco mais refinada do que aquela que reduz o Estado a um “balcão de negócios da burguesia”. O conceito de má-fé institucional, elaborado por Bourdieu, busca explicar a complexidade do fra-

casso das instituições em alcançar seus objetivos declarados. Para o autor, as instituições têm, ao mesmo tempo, uma função real e inconfessável, que pode ser apreendida pelo resultado concreto de suas ações, e um discurso que afirma outra função, que legitima a instituição perante a sociedade e perante seus próprios integrantes.

Se chamamos má-fé, com Sartre, a mentira de si mesmo a si mesmo, podemos falar de má-fé institucional para designar a propensão constante das instituições do Estado para refutar ou recusar, por uma espécie de duplo jogo e dupla consciência coletivamente assumidos, as medidas ou ações realmente conformes à vocação oficial do Estado (Bourdieu, 1997, p. 245).

Assim, a função real das polícias militares brasileiras pode ser deduzida como o controle da população negra e pobre, enquanto seu discurso para a sociedade e para seus membros é que sua função é garantir a segurança de toda a sociedade. Através da má-fé, a instituição é capaz de manter seu prestígio e legitimidade social enquanto delega para seus membros, individualmente, a culpa pelo resultado concreto das ações que sua estrutura produz. O sistema educacional não funcionaria como ferramenta de reprodução intergeracional da desigualdade se seus profissionais não fossem enganados pelo discurso de má-fé de que a educação é uma ferramenta de ascensão social e não internalizassem o fracasso produzido estruturalmente como um fracasso pessoal.

Desde as revoluções burguesas, o Estado precisa se declarar em busca do bem comum para justificar seu poder, inclusive coercitivo, sobre a sociedade. Ao mesmo tempo, podemos observar que o resultado das ações do Estado nas sociedades capitalistas não é o bem comum, mas a promoção dos interesses capitalistas e a reprodução da desigualdade. O trabalho de Mattei demonstra, inclusive, como o Estado usa um meio indireto, a austeridade, para preservar seu caráter de classe sem que isso pareça uma escolha política. Assim, orientar políticas públicas realmente para o bem comum é ao mesmo tempo moralmente inquestionável e contra-hegemônico.

Podemos perceber que o apoio aos Pontos de Cultura não é apenas fomento à realização de um produto cultural, mas fomento à atividade cultural enquanto prática coletiva, comunitária, direcionada para o bem comum, fomento à existência e à capacidade de ação autônoma e de articulação coletiva de uma rede de atores sociais, individuais e coletivos. Ou seja, ações que vão na direção do reconhecimento e potencialização de entidades da sociedade civil que não estão alinhadas ou integradas ao sistema capitalista, na direção da construção de fortalezas não de defesa do capitalismo, mas de resistência a ele. Os resultados políticos do Cultura Viva são claros. Ele ajudou a formar e organizar um movimento social e político-cultural que mostrou sua força na conquista de mecanismos de fomento transformadores durante o pior momento da democracia brasileira.

O neoliberalismo é a ideologia hegemônica, e é preciso um esforço consciente para não alinhar nossas políticas públicas aos valores neoliberais

Ao se compararem as iniciativas do Cultura Viva com as da Senaes, talvez a maior diferença estrutural entre elas esteja em seus protagonistas. Enquanto a Senaes direcionou recursos do Estado para a prestação de serviços públicos através da contratação de mobilizadores territoriais, do financiamento de centros de formação etc., o Cultura Viva direcionou-os para fora dele, para o fortalecimento direto dos coletivos culturais, com elevado grau de autonomia e autogestão. Enquanto a Senaes reconheceu um interlocutor privilegiado, o FBES, como representante legítimo, o Cultura Viva financiou propostas de articulação da sociedade civil através dos Pontões de Cultura e criou condições para que os próprios Pontos de Cultura se conhecessem e criassem laços nas Teias Nacionais. Se o objetivo é o fortalecimento de frações da sociedade civil, apoiar e financiar essas frações diretamente, com uma política que ensine em sua forma as práticas de organização e mobilização, mostrou-se mais eficaz do que financiar políticas baseadas em incentivo e direcionamento controlados pelo Estado. No terceiro governo Lula, o surgimento de políticas públicas como a Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), do Ministério da Educação, e o Programa Cozinha Solidária, do Ministério do Desenvolvimento Social, mostra que há setores no governo que compreenderam a necessidade de políticas públicas que apoiem a ação coletiva dos movimentos sociais.

4. UM PARÊNTESE NECESSÁRIO SOBRE O NEOLIBERALISMO

Desde que o neoliberalismo passou a dominar os governos brasileiros, na década de 1990, as políticas públicas do país têm passado por alterações que fortalecem o alinhamento da sociedade civil com o capitalismo, mesmo durante os governos progressistas. Isso não é de espantar, uma vez que vivemos imersos na ideologia neoliberal. Há uma infinidade de relatórios e análises de efetividade de políticas públicas guiados pela lógica neoliberal, uma miríade de propostas de políticas públicas elaboradas por *think tanks* neoliberais. O neoliberalismo é a ideologia hegemônica, e é preciso um esforço consciente para não alinhar nossas políticas públicas aos valores neoliberais.



Postagens em redes sociais da Guarda Civil Metropolitana (GCM) de São Paulo e da Polícia Militar paulista reforçam lemas que sugerem que o papel da polícia é garantir segurança a toda a sociedade, quando sua função real é garantir o controle da população, particularmente a negra e pobre

A focalização de políticas públicas, por exemplo, é uma abordagem, defendida por FMI e outros órgãos que fomentaram o neoliberalismo no mundo, que implementa a racionalidade neoliberal de administrar o Estado pela lógica privada de maximização da eficiência, como aponta Carinhato (2008). A focalização contradiz os princípios da Constituição de 1988, que preconiza a universalidade dos serviços públicos, e essa contradição é importante, porque a política focalizada busca preservar o mercado como mecanismo principal de mediação social, restringindo a ação do Estado a *compensações pontuais*, em vez de substituir o mercado através de serviços universais. Um exemplo didático é o SUS, uma política universal que reduz o papel do mercado, enquanto a concessão de um subsídio para que a população de baixa renda contrate planos de saúde privados seria uma política focalizada que preservaria e universalizaria o mercado.

A focalização parte da premissa de que o mercado é a instância de atendimento universal, e individualiza os direitos sociais como benefícios que permitem a participação no mercado. A política pública mais marcante dos governos capitaneados pelo PT, o Bolsa Família, é essencialmente uma política pública neoliberal, focalizada, que individualiza o direito e que não se assenta sobre um aumento da organização social, emancipação ou organização contra-hegemônica. Fornece dinheiro para que as famílias de baixa renda participem mais ativamente do mercado, que é a instância final de solução das demandas que o programa visa atender. Quaisquer políticas públicas contra-hegemônicas precisam, antes de mais nada, questionar a universalidade do mercado.

É possível ainda ver os governos petistas fortalecendo a ideologia neoliberal ao criarem condições materiais que facilitam o discurso do empreendedorismo pela criação da categoria microempreendedor individual (MEI), que dá direito à redução de impostos e a processos de formalização e contabilidade facilitados, enquanto arranjos produtivos da economia solidária, como cooperativas e associações, têm tributação maior, além de custos com cartório, junta comercial e contador. Uma vez que é o próprio Estado que privilegia a atomização dos indivíduos no mercado, qual é a possibilidade de superarmos essa organização econômica?

Propor a mediação da sociedade civil na atualidade implica um grande risco, uma vez que o neoliberalismo compartilha desse vocabulário, na sua defesa de parcerias com organizações sociais (OSs). Uma OS, embora pertença à sociedade civil organizada, é apenas um prestador de serviços privado, muitas vezes distante da população atendida e sem mecanismos democráticos claros para promover a participação dessa população. Uma OS com sede em um estado pode ganhar a concorrência para administrar, por exemplo, um teatro em outro estado. A comunidade atendida não participa da gestão do espaço, que é decidida na sede da OS, definida nas cláusulas do termo de parceria com o governo e executada por empregados da OS. Essa política não ensina a comunidade a se auto-organizar ou se articular politicamente, o que é o exato oposto de, por exemplo, um teatro mantido por um Ponto de Cultura. A sociedade civil precisa ter como centro da sua mediação o aumento da organização popular e como horizonte a sua emancipação.

Outra bandeira neoliberal é a descentralização do poder do Estado através de órgãos “independentes”, como as agências reguladoras. Uma agência como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tem parte de seus diretores indicados pelas próprias empresas que ela deveria fiscalizar. Não é de espantar que a agência desempenhe um caráter repressivo tão eficaz no fechamento de rádios comunitárias, mas seja tão ineficaz na fiscalização da qualidade dos serviços de telecomunicações fornecidos pelas grandes empresas. Sob a lógica



Participando do Programa Cozinha Solidária, o MTST distribuiu refeições para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024

neoliberal, o poder deve ser retirado do governo, que é suscetível às pressões democráticas, e transferido para instituições “independentes”, suscetíveis às pressões do mercado. A delegação de poder do Estado para entidades populares e democráticas é uma possibilidade real, da qual temos um exemplo concreto na obrigação legal de que a homologação de rescisões trabalhistas seja feita com a anuência do sindicato, como previa a CLT antes da reforma trabalhista de Temer. Em uma perspectiva contra-hegemônica, toda delegação do poder do Estado deve legitimar e empoderar entidades populares e democráticas para que elas possam fazer frente às pressões do capital.

Cabe ainda ressaltar os apontamentos de Wendy Brown, em *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution* (desfazendo o *demos*: a revolução velada do neoliberalismo), de que a atomização das pessoas, promovida pelo neoliberalismo, é incompatível com a democracia (Brown, 2015). Ao aplicar a lógica econômica a todos os aspectos da vida, ao mercantilizar todas as relações humanas, o neoliberalismo eleva as ações básicas do mercado, a competição e a exploração, a ações básicas da sociedade como um todo. Essa lógica esgarça qualquer solidariedade e senso de comunidade necessários para uma vida democrática. Impelir os governos a orientar a sociedade civil para o bem comum não é apenas parte essencial de uma estratégia de construção de melhores condições para a revolução brasileira. É uma necessidade para a preservação da própria democracia burguesa.

5. CONCLUSÃO

Para que seja possível construir uma revolução brasileira, é preciso que a posição hegemônica da sociedade civil não seja a defesa do capitalismo. Para isso, a luta contra-hegemônica no âmbito de entidades da sociedade civil é importante, mas insuficiente. O Estado possui grande poder sobre a sociedade civil, podendo influenciar profundamente sua com-

posição e a posição e prestígio das entidades que a compõem, a partir de políticas públicas. Impõe-se aos comunistas que participam de governos progressistas uma reflexão profunda sobre quais políticas públicas estes devem implementar. Essa reflexão parte do reconhecimento do papel educador do Estado e se pergunta o que o formato dessas políticas públicas ensina. Questiona se elas fortalecem a ideologia neoliberal ou plantam sementes contra-hegemônicas a partir da defesa intransigente dos objetivos declarados do Estado, principalmente o bem comum. Se a participação de forças revolucionárias em governos progressistas deve se orientar para a acumulação de forças revolucionárias, não podemos ignorar a capacidade que o Estado tem de legitimar e promover grupos da sociedade civil através de suas políticas públicas.

Podemos deduzir uma tática relativamente definida para a atuação dos comunistas em governos progressistas: implementar políticas públicas que ampliem a participação do Estado na economia através do apoio direto às frações da sociedade civil que sejam guiadas pelo ideal do bem comum, com valorização da autonomia delas e da articulação em rede das organizações apoiadas.

Como a mobilização em torno das leis de fomento à cultura mostra, políticas públicas que fortaleçam campos contra-hegemônicos na sociedade civil têm o poder de, no médio prazo, alterar significativamente a correlação de forças políticas. Resta-nos a tarefa de propor políticas públicas similares para áreas como a reforma urbana e direito à cidade, o combate à financeirização da economia e a reforma política, entre outras.

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduado em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Analista no Instituto Estadual do Livro da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul.

► Texto recebido em 1º de dezembro de 2025; aprovado em 7 de julho de 2026.

ANTUNES, Diogo de Carvalho; CONTI, Bruna Ranção. O comércio justo e solidário na política pública federal: histórico e perspectivas. In: SILVA, Sandro Pereira (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-013-4>>.

BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, Marília, v. 2, n. 1, p. 37-46, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2008.v2n1.1192>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: obra completa. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. Disponível em: <<https://igsbrasil.org/galeria>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Opere complete**. Roma: Editori Riuniti, 1967. v. 27.

MATTEI, Clara. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023. E-book.

MOLINA, Wagner de Souza Leite et al. La economía solidaria de Brasil ante el contexto de crisis COVID-19: trayectoria, crisis y resistencias en los territorios. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, p. 170-189, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ungs.edu.ar/index.php/otraeconomia/article/view/889>>. Acesso em 1 jun. 2026.

PATEO, Felipe Vella. Mensuração do trabalho associado no Brasil e potencial contribuição para a recomposição do sistema de informações em economia solidária. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Brasília, v. 31, n. 79, p. 141-155, abr. 2025. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/bmt79/esp1>>.

_____; SILVA, Sandro Pereira. **Configurações institucionais e instrumentos de políticas públicas**: uma análise da política nacional de economia solidária no Brasil (2003-2016). Brasília: Ipea, jul. 2025. (Texto para Discussão, n. 3135). DOI: <<https://dx.doi.org/10.38116/td3135-port>>.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória sócio-organizativa do movimento social de economia solidária no Brasil. In: _____. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-013-4>>.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: três ensaios sobre o socialismo. São Paulo: Unesp Digital; Fundação Perseu Abramo, 2022.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010. Disponível em: <www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/documentos-e-publicacoes/livros-e-revistas/ce-lio-turino-ponto-de-cultura_o-brasil-de-baixo-para-cima_2010.pdf/view>. Acesso em: 20 mar. 2025.